



**Informações Financeiras
Intermediárias “Carve-out”
Estrada de Ferro Carajás
30 de setembro de 2017**



Estrada de Ferro Carajás
Índice das Informações Financeiras Intermediárias “carve-out”
Em 30 de setembro de 2017

Página

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias “carve-out”	3
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e 2016	6
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias “carve-out”	7



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias “Carve-out”

Aos administradores da
Vale S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

1. Revisamos as informações financeiras intermediárias “Carve-out” da Estrada de Ferro Carajás (“Ferrovia”) da Vale S.A. (“Companhia”) referentes ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial “Carve-out” em 30 de Setembro de 2017 e a demonstração do resultado “Carve-out” para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.
2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias “carve-out” de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias “Carve-out” com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias “Carve-out”

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias “Carve-out” incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis “carve-out”

5. Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 2 às informações financeiras intermediárias “Carve-out” que descreve os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Esta também destaca que as informações financeiras intermediárias “Carve-out” foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir com os requisitos descritos no parágrafo “Restrição sobre uso e distribuição”. Conseqüentemente, essas informações financeiras intermediárias “Carve-out” podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Ferrovia como uma entidade jurídica. Nosso relatório não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Restrição sobre uso e distribuição

6. Estas informações financeiras intermediárias “Carve-out” foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Termo de Compromisso” e seu respectivo termo aditivo firmado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia. Conseqüentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação dos administradores da Vale S.A. e da ANTT e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não a Vale S.A. e a ANTT.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Estrada de Ferro Carajás
Balço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	30 de setembro de 2017 (não auditado)	31 de dezembro de 2016
Ativo			
Circulante			
Partes relacionadas	14	29.314	31.777
Almoxarifado	2(d)	148.002	13.317
Tributos a Recuperar	6	80.989	274.235
Outros		13.505	12.761
		271.810	332.090
Não circulante			
Depósitos judiciais	7	127.303	129.155
		127.303	129.155
Intangível	4	9.649.098	7.759.154
Imobilizado	5	13.111.974	12.891.635
		22.761.072	20.650.788
Total do ativo		23.160.185	21.112.033
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	2 (h)	695.761	1.028.639
Obrigações sociais e tributárias	6	1.506.478	952.910
Partes Relacionadas	14	164.213	5.130
Dividendos a pagar		-	203.632
Outros		283.453	292.421
		2.649.905	2.482.732
Não circulante			
Partes relacionadas	14	15.044.191	13.767.711
Provisões para processos judiciais	7	88.917	99.869
		15.133.108	13.867.580
Total do passivo		16.350.312	16.350.312
Patrimônio líquido			
Contribuição de capital	9	3.597.790	3.597.790
Prejuízos acumulados		1.779.382	1.163.931
Total do patrimônio líquido		5.377.172	4.761.721
Total do passivo e patrimônio líquido		23.160.185	21.112.033

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração do Resultado do período de nove meses findo em

Em milhares de reais

	Notas	30 de setembro de 2017 (não auditado)	30 de setembro de 2016
Receita de serviços, líquida	10	4.292.264	3.806.532
Custos dos serviços prestados	11 (a)	(1.990.180)	(1.673.162)
Lucro bruto		2.302.084	2.133.370
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	11 (b)	(12.238)	(13.789)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11 (c)	(352.438)	(66.617)
		(364.676)	(80.406)
Lucro operacional		1.937.408	2.052.964
Resultado financeiro	12	(1.004.906)	(1.094.587)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		932.502	958.377
Tributos sobre o lucro			
	8		
Imposto de renda		(233.126)	(239.594)
Contribuição social		(83.925)	(86.254)
		(317.051)	(325.848)
Lucro do período		615.451	632.529

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás

Notas Explicativas às Informações Financeiras “Carve-out”

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Carajás (a “Ferrovia” ou “EFC”) compreende uma ferrovia de 892 quilômetros, que interliga a Serra dos Carajás, no Estado do Pará, ao porto de Ponta Madeira em São Luís - Maranhão, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. (“Vale” ou a “Companhia”), por meio de centros de lucros e de custos.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como ferro-gusa, grãos, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

De 01 de janeiro a 30 de setembro de 2017, a Ferrovia transportou 123.419 mil TU toneladas de produtos (112.076 mil TU de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2016) e 216 mil passageiros (228 mil de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2016).

2. Sumário das principais práticas contábeis

a) Base de apresentação e preparação

Estas informações financeiras intermediárias “carve-out” representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale.

Esses registros contábeis foram preparados considerando o custo histórico como base de valor e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e combinados com critérios estabelecidos no Termo de Compromisso celebrado em 13 de novembro de 2006 e respectivo termo aditivo datado de 10 de junho de 2008 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 26 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 21 de dezembro de 2007 e nº3847, publicada em 26 de junho de 2013.

Estas informações financeiras intermediárias “carve-out” contemplam somente balanço patrimonial e demonstração do resultado conforme requerido pelo Termo de Compromisso mencionado acima.

As principais práticas contábeis e critérios utilizados na preparação destas informações financeiras intermediárias “carve-out” são como segue:

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias “carve-out” da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Real (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa ou receita financeira.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Ferrovia classifica seus ativos e passivos como circulantes quando espera realizar os ativos e liquidar os passivos em até doze meses após a data do relatório. Outros ativos e passivos são classificados como não circulantes.

d) Almojarifado

O almojarifado é composto de materiais de consumo e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e, quando aplicável, uma estimativa de perdas com materiais obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida. Não há provisões para ajuste a valor de realização.

e) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia possui concessão para explorar bens de ferrovias por um período de tempo determinado. Estes bens são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelo período menor entre a vida útil do bem e a data de encerramento do contrato e retorno dos bens ao poder concedente.

f) Imobilizado

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. A exceção são os terrenos que não são depreciados. A depreciação dos ativos da Ferrovia estão representadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	15 anos a 50 anos
Instalações	8 anos a 50 anos
Equipamentos	3 anos a 33 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12,5 anos a 25 anos
Vagões	33 anos a 44 anos
Equipamentos ferroviários	5 anos a 50 anos
Outros	2 anos a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

g) Redução de valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Ferrovia avalia, a cada divulgação, se existem evidências objetivas de que o valor contábil de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos não financeiros de longa duração, devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é efetuada uma análise comparativa entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados para o ativo, e quando há algum indicador de que o valor não seja recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*.

Para os ativos não financeiros de longa duração (como, intangíveis ou imobilizados), quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado de forma sistemática a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

A Ferrovia determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são projetados com base na vida útil de cada unidade e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não há registro de *impairment* de ativos nas informações financeiras intermediárias “carve-out” da Ferrovia.

h) Fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens que foram adquiridas no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Em 30 de setembro de 2017 o saldo em aberto com fornecedores e empreiteiros era de R\$ 695.761 (R\$1.028.639 em 31 de dezembro de 2016).

i) Salários e encargos sociais

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

j) Provisão para processos judiciais

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Ferrovia. A provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

k) Classificação dos instrumentos financeiros

A Ferrovia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis - são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos e que não são cotados em um mercado ativo, são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado - são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo.

Mantido até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Ferrovia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. São mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado.

Disponíveis para vendas - são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado contabilmente na Demonstração de Resultado Abrangente. Na realização dos ativos financeiros, o valor justo é reclassificado para a Demonstração do Resultado.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não havia instrumentos financeiros classificados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Mantido até o vencimento” e “Disponíveis para venda”.

l) Receita

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes aos serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço de transferência para o minério próprio transportado, conforme critérios estabelecidos no "Termo de Compromisso" e no aditivo datado de 10 de junho de 2008.

m) Tributos corrente e diferido sobre o lucro

Na elaboração das informações financeiras intermediárias “carve-out”, a provisão para imposto de renda foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro.

n) Impostos incidentes sobre receita de transporte próprio

A partir de 1º de janeiro de 2008, PIS, COFINS e ICMS passaram a ser reconhecidos sobre a receita de transporte próprio, conforme cláusula terceira, letra “f”, do primeiro termo aditivo ao “Termo de Compromisso” datado de 10 de junho de 2008, seguindo as alíquotas de 7,60%, 1,65% e 12%, respectivamente. Neste sentido as correspondentes obrigações com tais impostos são reconhecidas e posteriormente compensadas contra eventuais créditos gerados em função dos registros e correspondentes pagamentos efetuados pela Vale.

o) Despesas administrativas do centro corporativo

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

p) Outras despesas e receitas operacionais

Conforme determinado no “Termo de Compromisso e respectivo termo aditivo”, o saldo de outras despesas/receitas operacionais quando identificadas serão alocados diretamente à Ferrovia.

q) ICMS a recuperar e provisões para perda de créditos fiscais

O valor correspondente ao ICMS a recuperar é determinado mensalmente e compensado subsequentemente contra o ICMS a pagar em função da operação da Ferrovia pela Vale, conforme premissa descrita na Nota Explicativa nº 2 (n). Eventual saldo de crédito fiscal excedente ao saldo de ICMS a recolher é provisionado para perda e registrado no resultado do período na conta de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. O cálculo efetuado para fins destas informações contábeis intermediárias “carve-out” levam em consideração a proporcionalidade do valor acumulado em relação ao saldo correntes a ser compensado ou realizado, respeitando o saldo corrente a ser compensado ou pago.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas informações financeiras intermediárias estão assim apresentadas:

a) Impairment

A Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis (quando há evidência de *impairment*) e intangíveis (anualmente) segregados por unidade geradora de caixa, utilizando modelos de fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

b) Processos judiciais

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4. Intangível

	30 de setembro de 2017 (não auditado)			31 de dezembro de 2016		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Concessões	11.735.517	(2.086.419)	9.649.098	9.838.732	(2.079.578)	7.759.154
Total	11.735.517	(2.086.419)	9.649.098	9.838.732	(2.039.578)	7.759.154

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no período:

	Concessões
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.915.110
Adição	2.863.700
Amortização	(265.087)
Baixa	(17.415)
Saldos em 30 de setembro de 2016 (não auditado)	6.496.308

	Concessões
Saldos em 31 de dezembro de 2016	7.759.154
Adição	1.994.726
Amortização	(96.441)
Baixa	(8.341)
Saldos em 30 de setembro de 2017 (não auditado)	9.649.098

5. Imobilizado

	30 de Setembro de 2017 (não auditado)			31 de dezembro de 2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	6.527.518	(1.205.626)	5.321.892	4.972.067	(1.130.811)	3.841.256
Instalações	5.122.507	(1.455.132)	3.667.375	4.058.663	(1.221.328)	2.837.335
Equipamento	992.617	(370.877)	621.740	870.551	(295.327)	575.224
Outros	417.882	(140.685)	277.197	312.812	(123.965)	188.847
Imobilizado em curso	3.223.770	-	3.223.770	5.448.972	-	5.448.972
	16.284.294	(3.172.320)	13.111.974	15.663.065	(2.771.431)	12.891.634

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos imobilizados ocorridas no período:

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.230.583	1.392.605	221.474	450.916	7.671.382	11.966.960
Adição por aquisição	-	-	-	-	1.464.521	1.464.521
Baixas por alienação	-	-	-	(20.497)	-	(20.497)
Depreciação e amortização	(17.967)	(53.545)	(11.985)	(395.054)	-	(478.551)
Transferências	883.112	(563.422)	47.843	467.323	(834.856)	-
Saldo em 30 de setembro de 2016 (não auditado)	3.095.728	775.638	257.332	502.688	8.301.047	12.932.433

						Saldos em	
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.841.256	3.117.232	295.327	188.847	5.448.972	12.891.634	
Adição por aquisição	-	-	-	-	1.396.564	1.396.564	
Baixas/AJ. Centro de Lucro	(41.683)	-	-	(33.700)	(598.240)	(673.623)	
Depreciação e amortização	(41.657)	(131.140)	(22.454)	(307.350)	-	(502.601)	
Transferências	1.563.976	681.283	348.867	429.400	(3.023.526)	-	
Saldo em 30 de setembro de 2017 (não auditado)	5.321.892	3.667.375	621.740	277.197	3.223.770	13.111.974	

6. Obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição das obrigações sociais e tributárias:

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Tributos a Recuperar		
COFINS	67.349	6.427
ICMS	13.640	267.808
Total Tributos a Recuperar	80.980	274.235
Tributos à Pagar		
Obrigações Sociais	(34.330)	(39.878)
PIS	(38.438)	(51.733)
ISS	(3.401)	(5.218)
IRPJ	(652.596)	(419.470)
CSLL	(267.163)	(183.196)
Outros	(510.550)	(253.415)
Total Tributos a Pagar	(1.506.478)	(952.910)

7. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento, as quais estão sendo discutidas tanto na esfera administrativa quanto na judicial, sendo amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2015	382	9.879	46.727	892	57.880
Adições	9.704	25.741	44.663	-	80.108
Reversões	-	(10.315)	(20.643)	-	(30.958)
Atualizações monetárias	(3.512)	5.700	7.957	95	10.240
Saldo em 30 de setembro de 2016	6.574	31.005	78.704	987	117.270

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.736	15.314	76.819	999	99.868
Adições	-	4.092	17.713	-	21.805
Reversões	-	(5.185)	(32.323)	-	(37.508)
Atualizações monetárias	508	5.000	(801)	45	4.752
Saldo em 30 de setembro de 2017 (não auditado)	7.244	19.221	61.408	1.044	88.917

Correlacionados às provisões, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias exigidas judicialmente, atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Ferrovia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Os depósitos judiciais estão assim representados:

	30 de setembro de 2017 (não auditado)	31 de dezembro de 2016
Processos tributários	59.718	57.399
Processos cíveis	7.897	8.318
Processos trabalhistas	48.481	53.125
Processos ambientais	11.207	10.313
Total	127.303	129.155

A Companhia discute nas esferas administrativa e judicial ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão assim representados:

	30 de setembro de 2017 (não auditado)	31 de dezembro de 2016
Processos tributários	21.538	19.911
Processos cíveis	411.054	381.123
Processos trabalhistas	168.820	201.453
Processos ambientais	47.683	20.056
Total	649.095	622.543

8. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária e efetiva nos exercícios apresentados é de 34%.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro nas demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	30 de setembro de 2017 (não auditado)	30 de setembro de 2016
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	932.502	958.377
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(317.051)	(325.848)

9. Contribuição de capital

A contribuição de capital é de R\$ 3.597.790 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

10. Receita de serviços, líquida

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
	(não auditado)	(não auditado)
Transporte próprio da Vale	5.300.537	4.683.826
Transporte de carga geral e de passageiros	41.224	42.325
Receita Acessória de transporte	89.989	84.448
Impostos sobre receitas	(1.139.486)	(1.004.067)
Total	4.292.264	3.806.532

11. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas e administrativas e outras despesas (receitas) operacionais, líquidas por natureza

a) Custos de produtos vendidos e serviços prestados

	30 de setembro de 2017	30 de setembro de 2016
	(não auditado)	(não auditado)
Pessoal	(443.063)	(324.675)
Material e serviço	(416.353)	(400.313)
Óleo combustível e gases	(443.256)	(445.222)
Depreciação e exaustão	(653.316)	(478.551)
Outros	(34.192)	(24.401)
Total	(1.990.180)	(1.673.162)

b) Despesas com vendas e administrativas

	30 de setembro de 2017	30 de setembro de 2016
	(não auditado)	(não auditado)
Pessoal	(5.751)	(6.480)
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(1.591)	(1.792)
Propaganda e publicidade	(122)	(137)
Depreciação e amortização	(3.427)	(3.860)
Despesas de viagem	(122)	(138)
Outras	(1.225)	(1.382)
Total	(12.238)	(13.789)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	30 de setembro de 2017	30 de setembro de 2016
	(não auditado)	(não auditado)
Provisão p/ perda crédito de ICMS	(375.495)	-
Provisão para processos judiciais	(3.285)	(80.226)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.388)	(1.580)
Outras	27.730	15.189
Total	(352.438)	(66.617)

12. Resultado financeiro

Os resultados financeiros ocorridos nos períodos, registrados por natureza e competência, são:

	30 de setembro de 2017	30 de setembro de 2016
	(não auditado)	(não auditado)
Despesas financeiras		
Juros	(1.011.072)	(1.127.378)
Atualização monetária de contingências	(1.673)	10.240
Variações monetárias e cambiais	(17.578)	(25.818)
	(1.030.323)	(1.142.956)
Receitas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	25.418	48.369
	25.418	48.369
Resultado financeiro líquido	(1.004.905)	(1.094.587)

13. Compromissos

A Companhia celebrou com o governo brasileiro por intermédio do ministério dos transportes, contratos de concessão não onerosa para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços. Os registros contábeis das concessões estão classificados como ativo intangível, conforme nota 4. O prazo de concessão da ferrovia termina em junho de 2027 ou em caso de término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

14. Partes Relacionadas

No curso normal das operações, a Ferrovia contrai direito e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços de transporte ferroviário.

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, líquida	
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2016 (Não auditado)	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017 (não auditado)	30 de setembro de 2016
Vale (i)		-	15.208.404	13.772.841	4.255.767	3.763.252
VLI	1.666	2.052	-	-	36.497	43.280
Ferrovia Norte Sul	17.909	21.851	-	-	-	-
Outros	9.739	7.874	-	-	-	-
Total	29.314	31.777	15.208.404	13.772.841	4.292.264	3.806.532

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam empréstimos obtidos e saldo credor de caixa e equivalente de caixa, remunerados ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Vale.

* * *

Dioni Barboza Brasil
Gerente de Demonstrações Contábeis
TC-CRC-RJ 083305/O-8